

Ano XX nº 5564 – 08 maio de 2017

Reforma trabalhista é retrocesso da proteção social

A Câmara aprovou o substitutivo ao Projeto de Lei 6.787, elaborado pelo deputado Rogério Marinho (PSDB-RN), em 26 de abril. O texto, agora com PLC 38, começou a tramitar no Senado. O Senado realiza consulta sobre o projeto de reforma trabalhista e grande maioria é contrária. Dê sua opinião em <http://www12.senado.leg.br/ecidadania>.

Para o Dieese, na prática o projeto de lei, se implementado, resultará em "drástica redução de direitos e no desmantelamento do sistema de relações de trabalho" em vigor desde o surgimento da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943.

Segundo análise do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), divulgada semana passada, a proposta governista trará "substancial redução do papel do Estado em relação à proteção ao trabalhador, o que deve piorar as condições de vida e trabalho", além de reduzir a capacidade de negociação dos sindicatos, em um cenário econômico extremamente adverso. "O projeto, portanto, reverte de forma cabal, os fundamentos legais, políticos e ideológicos que orientaram, até agora, as relações entre Estado, capital e trabalho no país."

O instituto destaca cinco fundamentos do projeto: revogação do princípio de proteção ao trabalhador perante o empregador; redução do poder de negociação e de contratação coletiva dos sindicatos; autorização para o rebaixamento de direitos previstos em lei; ampliação de possibilidade de contratos atípicos e de trabalho autônomo; e restrição à atuação do Poder Judiciário e também do acesso dos trabalhadores à Justiça.

Além disso, o texto estabelece uma forma de "blindagem patrimonial", como define o Dieese, ao limitar o conceito de grupo econômico - de forma a restringir a cobrança de passivos trabalhistas. "Com isso, favorece a criação de empresas com 'sócios laranja' e dificulta a recuperação de débitos trabalhistas e previdenciários."

BB: Audiência no Ministério Público adia decisão sobre VCP

Em audiência de mediação realizada no Ministério Público do Trabalho (MPT) na terça-feira passada (02/05), em Brasília, para tratar da reestruturação no Banco do Brasil e prorrogação do prazo de complementação dos salários dos funcionários remanejados, o Banco do Brasil informou que ainda não estão concluídos todos os estudos necessários e que anunciará novas medidas de movimentações e realocações de funcionários até o final de maio, quando responderá de forma definitiva sobre a extensão da VCP por um prazo maior. A VCP (Vantagem de Caráter Pessoal) é uma verba que mantém a remuneração dos funcionários que perderam cargo devido ao processo de reestruturação.

A Contraf-CUT reivindica VCP Permanente até que todos sejam realocados em funções e salários equivalentes ao que exerciam antes da reestruturação e já está tomando medidas judiciais para garantir a proteção salarial dos funcionários que perderam cargos, dentro do conceito de proteção da remuneração previsto na Súmula 372 do TST. O Ministério Público recomendou em audiência a extensão da VCP por 12 meses.

A Contraf-CUT, continuará cobrando as realocações dos funcionários em cada base, bem como a reativação da função de Gerente de Negócio nas agências de varejo, uma vez que as atribuições do cargo estão sendo transferidas para os Gerentes de Serviço.

Uma nova rodada de negociações entre sindicatos e BB está agendada para o dia 1º de junho, antes da audiência no MPT, que foi marcada para o dia 2 de junho, às 10 horas, em Brasília.

Lucro do Bradesco cresce e demissões também!

Enquanto os trabalhadores brasileiros têm os direitos retirados, o governo Temer segue beneficiando o grande capital. A crise continua. O desemprego aumenta. A economia vai mal. Mesmo assim, o sistema financeiro lucra bilhões. A dívida pública paga pela União ajuda a manter a boa vida.

O Bradesco, por exemplo, obteve lucro líquido de R\$ 4,648 bilhões no primeiro trimestre deste ano. Alta de 13% em 12 meses e 6% ante o mesmo período de 2016. O resultado comprova quem realmente ganhou com o golpe. A receita com serviços subiu 13% e alcançou os R\$ 7,430 bilhões. A carteira de crédito também aumentou 8,5%. Apesar do resultado extraordinário, o Bradesco cortou 3.278 postos de trabalho desde setembro passado.